

CEDI - P. I. B.
DATA 04 / 04 / 88
COD. NYD 01

RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO

"ÁREA INDÍGENA PIQUIZAL"

Virgínia Marcos Valadão

São Paulo
Novembro 1987

Considerações Gerais

1. a área do piquizal é de posse imemorial e de uso intensivo dos índios Alantesu;
2. o domínio dos índios Alantesu sobre o piquizal é indiscutível e reconhecido pela FUNAI, INCRA, IBDF e pelos fazendeiros da região;
3. o piqui é fonte importantíssima de Provitamina A e representa, juntamente com outros produtos de coleta 19% da alimentação A lantesu;
4. o piqui é bem de troca básico dos Alantesu com outros grupos da região;
5. o piqui é o elemento básico da identidade territorial dos Alantesu e nesse sentido vital para a reprodução cultural daquela sociedade enquanto tal;
6. O piquizal dos Alantesu é a única mancha dessa espécie vegetal no Vale do Guaporé;

7. a derrubada do piqui é proibida pela legislação do IBDF e o fato dessa espécie viver em família, não comporta a coexistência com outras madeiras de lei;
8. o pequeno tamanho da área proposta não implica em conflitos fundiários.

Índice

I - Caracterização Geral dos Nambiquara	4
A - Histórico	4
B - Os Grupos	8
C - Território	11
D - Aldeias	13
1. Ritual	14
2. Morte	16
3. Casamento	18
E - Os Alantesu	21
1. Piqui	26
2. Subsistência	31

Caracterização Geral dos Nambiquara

Histórico

Os índios que até o início deste século somavam uma população de aproximadamente 6.000 indivíduos ocupando um território contíguo que se estendia do rio Guaporé aos rios Papagaio, Comemoração, Roosevelt e Tenente Marques, num total de 5.000km², são genericamente denominados Nambiquara. Esse nome de origem Tupi que significa "orelha furada" nada tem a ver com o grupo em questão e lhe foi atribuído por volta de 1910 por guias Pareci da Comissão Rondon, quando dos trabalhos de extensão das linhas telegráficas que integrariam a fronteira oeste aos centros políticos do país.

As riquezas naturais do Vale do Guaporé atraíram, desde os tempos da colônia, diferentes levas de exploradores: primeiro, foi o ouro no século XVIII; depois a poia (*Cephaelis ipecacuanha*) do fim do século XIX até 1914; a borracha (*Hevea brasiliensis*) de 1850 a 1920 e de 1940/1950 e, finalmente, os empreendimentos agropastoris, madeireiros e garimpeiros que se iniciaram em 1960 com a abertura da estrada Cuiabá-Porto Velho (atual BR 364) e que continuam

até hoje.

No século XVIII, os primeiros contatos dos índios da Região do Guaporé conhecidos então como "Cabixi", foram com escravos fugitivos das minas de ouro de Villa Bela da Santíssima Trindade que roubavam suas mulheres; no século XIX, com os poiaieiros que saqueavam suas roças e, posteriormente, com os seringueiros que atacavam suas aldeias para ali instalarem suas colocações (Rondon, 1910, 1915, 1922, 1946). Com a queda da borracha em 1950, várias dessas colocações foram "divididas" e "vendidas" a empresários paulistas que não conheciam a região (Antonio "Canguru" - comunicação pessoal).

A abertura da BR 364 em 1962 transformou as terras do Guaporé em fazendas para a implantação de empreendimentos agropastoris e madeireiros e marcou a época de maior violência e extermínio em massa dos Nambiquara. Essa fase de exploração da região do Guaporé se inseria num projeto maior do governo brasileiro da época, intitulado "Plano de Valorização da Amazônia" para cuja implementação foi criada, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e também uma lei (s. 174 de 27/10/66) de incentivos fis-

cais para investimentos de capital na região dos setores agrícola, mineral e, sobretudo, na pecuária. Resolvida a questão do capital, fazia-se necessário resolver a questão das terras.

A presença dos índios era inegável física e historicamente. A FUNAI precisava ser acionada e, sob a presidência do Gal. Bandeira de Mello em acordo com o então Ministro do Interior Costa Cavalcanti, transferiu os índios do Vale do Guaporé para o cerrado e distribuiu certidões negativas do Vale. O interessante é que algumas dessas certidões negativas que visavam atestar a inexistência de índios na região, acabavam sendo documentos comprobatórios da presença dos mesmos na área, pois anunciavam a transferência dos índios para outra região.

A título de informação, recentemente o Supremo Tribunal Federal considerou nulas algumas das certidões negativas da região quando indeferiu o Mandato de Segurança nº 20.575-0 de empresas agropecuárias (S. Tribunal Federal, 23/10/86).

De qualquer forma, as certidões se prestaram ao objetivo da época, pois, muitos fazendeiros, para se beneficiarem da oferta da SUDAM, compraram numerosos lotes do governo do Estado do Mato Gros

so e iniciaram a instalação de seus empreendimentos (Carelli, 1980, Arc 1982, Price, 1981).

O processo de transferência dos índios do Vale para o cerrado e a instalação de fazendas no Vale é particularmente importante para este relatório, pois data daí o primeiro contato dos índios Alantesu com a sociedade nacional, contato violento que, além da ocupação das terras, envolveu epidemias de sarampo que dizimaram quase que por completo a população indígena da região. A violência desse contato foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) em 1977, e atraiu uma missão da Cruz Vermelha Internacional em 1970 que qualificou a região Nambiquara de "Biafra brasileira". Em 1974, a FUNAI criou então o "Projeto Nambiquara" que, sob a coordenação do antropólogo David Price, contratou 3 indigenistas e duas enfermeiras que conseguiram, ao longo de vários anos, reverter o quadro demográfico da população.

Entretanto não se demarcavam as terras até que, finalmente, com a inclusão das áreas Nambiquara no "Programa Polonoroeste", em 25/05/85, após quase uma dezena de comissões de estudos, o Presidente da República assina o decreto da homologação de parte das terras Nambiquara cuja delimitação, dadas as dificuldades de nego

ciação, deixou de fora trechos fundamentais do território original de determinados grupos étnicos.

Como se pode observar no breve histórico feito acima, os mesmos grupos indígenas que habitavam e habitam a região do Guaporé foram contatados em diferentes momentos históricos e representam várias etnias que graças às dificuldades de compreensão das diferenças por parte do "homem branco", foram genericamente denominados Nambiquara.

Os Grupos

Na realidade, esses índios sempre se dividiram em vários pequenos grupos de diferentes denominações e dialetos. Segundo Levi-Strauss. Na História Pré-Colombiana da América Tropical, as forças de dispersão prevaleceram sobre as forças de união e coesão, pulverizando os povos indígenas em numerosos pequenos grupos. Entre os Nambiquara, como sem dúvida entre numerosas populações da América Pré-Colombiana, os conflitos guerreiros e as trocas econômicas não constituem, unicamente, dois tipos de relações coexistentes, mas antes dois aspectos opostos e indissolúveis de um único e mesmo processo social. Em outras palavras, as trocas comerciais representam guerras potenciais, pacificamente resolvidas; e as guerras são o

resultado de transações comerciais mal sucedidas (Levi-Strauss, C. - Guerra e Comércio entre os Índios da América do Sul, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. LXXXVII, s.d., pgs. 131-146).

Os bens de trocas comerciais são mulheres (esposas), sementes e demais produtos colhidos ou manufaturados. Como nos diz Price, o antigo costume de roubar mulheres tendia a estabelecer um sistema de hostilidades recíproca incessante entre os grupos e era, provavelmente, a maior razão para a guerra. Em outro nível, negociações hostis, porém pacíficas, de casamentos podem durar anos e representam o aspecto mais notável da vida social Nambiquara (Price, 1972).

Os Nambiquara estão agrupados em três línguas relacionadas entre si mas não mutuamente inteligíveis, conhecidas como do Norte, do Campo e do Vale. Os Nambiquara do Norte compreendem os grupos Sabanê, Tauandê, Lacondê, Idalamere, Mamaindê, Negarotê e Latundê; os ditos do Campo englobam os grupos Tawandê, Holotesú, Sawentesu, Kitaulhu e Wakalitesú; os do Vale são os Katitaunlú, Qualitsu, Kalunhwaisu, Jaihlatisu, Sayulikisu, Wasusu, Aluwatesu, Hahaintesu, Yodunsu, Qualisatesu, Natesu, Aikatesu, Yuwaroatesu, Aikisu, Alan

tesu, Erihitansū, Hoskokosu, Waikatesu, Alakatesu, Waiksū.

Se, por um lado, os Nambiquara não se entendem formando uma coletividade politicamente coerente, por outro se reconhecem por grupo homogêneo em determinado contexto, cujo elemento maior de identidade é o fato de furarem o lábio superior e o septo nasal e de, segundo seus mitos de origem, terem todos nascidos de uma união incestuosas (Price, 1972). Outros fatores de semelhança como a mitologia, a música e a cultura material faz deles um conjunto em distinção a seus vizinhos Cinta Larga, Erikbátsa, Surui e "civilizados", por exemplo.

Esse mecanismo de identidade "para fora" se reproduz ao nível dos grupos particulares que compõem os Nambiquara: é o lugar de origem, portanto que caracteriza e nomina determinado grupo, assim como fatores de distribuição no território, fatores de discriminação, relações de cooperação e de parentesco.

Território

A região Nambiquara se divide em três distritos de acordo com a direção dos rios e cada um deles com floresta e savana em diferentes proporções, distribuídas da seguinte maneira: Rio Guaporé (vale) - 85% de floresta; Rio Roosevelt (norte) - 35% de floresta e o Rio Juruena (Campo) - 5% de floresta. O que separa as aldeias são áreas indesejáveis como savanas, florestas fechadas e pantanos impenetráveis. No Norte e no Campo, as aldeias tendem a se juntar próximas a pequenas florestas na beira dos rios e, no Vale, as aldeias tendem a se localizar em ilhas de savanas no meio das florestas e mesmo em clareiras abertas na mata (Price - Nambiquara Geopolitical Organization - Cornell University - s.d.).

O mapeamento fitogeográfico da região oeste e noroeste do Vale do Guaporé (Projeto RADAMBRASIL, vol. 19) subdivide a área em 4 regiões fitoecológicas distintas: savana, floresta densa, floresta aberta e floresta semidecidual (SIL), além de áreas de tensão ecológica e ação antrópica.

Há uma sugestão de que os grupos de muitas aldeias são relacionados com os maiores rios da região. Nesse sentido, no Campo, os grupos são compostos de várias aldeias, ou melhor, é reconhecida uma unidade de muitas aldeias, enquanto que no Vale do Guaporé, o

maior grupo nominado que parece existir é compreendido pelos habitantes de uma única aldeia. Assim, no Vale, há um relativo grande número de grupos em relação ao tamanho do território (Price, 1972).

Enquanto a separação de aldeias parece ser o resultado de hostilidades dentro da aldeia paterna, a formação de novos grupos parece ser o produto da tendência de se separarem aldeias ou grupos de aldeias por simples isolamento geográfico, o que faz das razões geográficas fatores determinantes de identificação. Uma pessoa pertence, portanto, a um grupo em cujo território nasceu.

As fronteiras entre os grupos são marcadas por diferenças sub-culturais culturalmente reconhecidas, especialmente na língua, música e cultura material. As relações entre os grupos envolvem trocas de bens, roubo de mulheres, guerra e modelos incessantes de hostilidades são dos mais importantes modos pelos quais as fronteiras entre os grupos são mantidas. (Price, 1972).

Aldeias

As atuais aldeias Nambiquara reúnem, em média, de 20 a 30 pessoas agrupadas em torno de um líder familiar. Os processos de fusões temporárias ou permanentes (através de casamentos) e cisões ocorridas geralmente pela linha paterna, auxiliam a manutenção do grupo em torno da média populacional acima mencionada.

Supõe-se que no início do século, as aldeias eram ainda menores que as atuais, compostas por duas ou três casas grandes que reuniam família extensas (Price, 1972). Esse sistema de organização espacial continua vigorando até hoje, embora tenha aumentado o número de casas por aldeias. Em Price (1972), encontramos o termo s'iyensú referindo-se à aldeia como um lugar, não como um grupo social.

A aldeia se compõe, portanto, de habitações cujas frentes são voltadas para um terreiro, e casa de flautas. O terreiro é o centro da vida pública, lugar onde se realiza o processamento diário de alimentos e demais trabalhos (ver item Subsistência); onde se realizam os rituais e onde tradicionalmente se enterram os mortos.

Ritual

Em relação aos rituais — elemento cultural que adquire importância cada vez maior no relacionamento inter-grupos — três tipos se destacam:

1. festival de flautas;
2. furação do lábio superior e do septo nasal, por ocasião da puberdade masculina;
3. "festa da moça", por ocasião da puberdade feminina.

Nos festivais de flauta, o espaço do ritual é dividido em dentro e fora e as mulheres são obrigadas a permanecerem nas casas, enquanto os homens passam a noite tocando flauta no terreiro. As flautas são objetos exclusivamente masculinos e são sagradas na medida em que é através delas que os espíritos se expressam. São várias as circunstâncias desses rituais: auxiliar as roças, comunicar o nascimento ou morte de uma pessoa, trazer solução para um problema que perturbe a comunidade, transmitir alegria, transmitir mitos (Figueroa, s.d., pg. 37).

A cerimônia de furação do lábio superior e do septo nasal dos meninos acontece na puberdade, não no sentido de que acontece na puberdade, mas no sentido de que faz a puberdade acontecer. Todos apontam que é muito importante que o furo seja feito no tempo certo (por volta dos 10 anos) e seu efeito é fazer com que o menino cresça rapidamente e se torne um homem. Essa cerimônia também tem a ver com a nominação dos meninos, cujos nomes são ditados pelo xamã de algum ancestral morto ou de qualquer espírito com um nome bonito que apareça ao xamã. A partir de então, é permitido aos meninos tomar parte no canto e estar presentes quando se tocarem as flautas sagradas no casa das flautas (Oberg, 1953).

A puberdade feminina é o rito de passagem mais elaborado da sociedade Nambiquara, realizado apenas por alguns grupos.

Quando a menina tem sua primeira menstruação, seu pai constrói rapidamente uma pequena cabana de reclusão, onde ela permanece uns 2 meses aproximadamente. A moça não deve tomar sol nem sair de casa, pois o "mau espírito" do falcão, dauptáahsú, beberia seu sangue e levaria seu espírito para o céu" (Price, 1972).

Preparam muita comida e muita chicha para receber os convi

dados de outros grupos. A cerimônia deve ser conduzida por um xamã, isto é, um homem que tem "o poder do espírito". Após 2 meses de preparativos, a festa dura 4 dias.

Na primeira noite, os espíritos dos ancestrais são chamados para virem assistir a festa. Na segunda noite eles chegam. Na terceira noite há um conselho com os espíritos para fortalecer a moça e prepará-la para a vida futura. Na quarta noite há uma despedida e os espíritos partem. A casa da moça é destruída e termina a festa.

Esse rito de passagem visa fortalecer e preparar a jovem mulher para a vida futura. A realização dessas festas tem se transformado numa ótima oportunidade para que os grupos possam se encontrar de maneira amistosa, negociar casamentos e ao mesmo tempo marcar suas diferenças étnicas a partir da exibição de cantos e danças próprios.

Morte

Em relação aos mortos, o principal critério que transforma um lugar numa aldeia e o distingue de um simples acampamento é o fato de que alguém está enterrado lá. Portanto, um indivíduo deve nascer em determinado território onde também deve ser enterrado, si

tuação que encontra paralelo nos mitos que dizem ter os Nambiquara se originado de determinadas cavernas que eles denominam "buracos dos espíritos", para onde voltam após a morte. Essa caminhada de volta da alma /sombra /espírito é feita através do xamã. Nessa outra dimensão, os índios crêem que também tem corpo, ornamentação, identidade individual, vida social e formas de expressão estética como música e dança. Conforme os mitos, quando se envelhece nessa dimensão, troca-se de pele como as cobras e se reinicia o ciclo de vida (Figueroa - Comunicação Inter-étnica e Saúde Indígena, o sistema de cuidados de saúde entre os Negarotê - Nambiquara, MT - s.d.).

Personagens míticos convivem com os espíritos dos mortos nessas cavernas sagradas. Cada diferente grupo Nambiquara tem as suas próprias e conforme depoimentos dos índios Wasusu, as cavernas dos Alantesu chamam-se ya te ñeu sũ (Oppido-Riorinni, 1987).

Casamento

A interação entre aldeias está ligada à troca de parceiros para casamento e de posses materiais. Estes dois tipos de trocas são diferentes, pois nas trocas de bens materiais, a propriedade é transferida sem qualquer acordo de transferência recíproca posterior de propriedade de igual valor. Nas transações de casamentos, os dois pares recíprocos são negociados num mesmo tempo, como "pagamento" de cada um (Price, 1972).

Ao tratarmos brevemente do sistema de parentesco neste Relatório, estamos preocupados em esclarecer porque a reprodução do sistema social dos Nambiquara está intimamente relacionada com o controle que cada grupo distinto faz de determinada parcela do território.

O sistema de parentesco Nambiquara é um sistema de categorias nominadas que servem para classificar todos os membros do grupo de alguém.

Os Nambiquaras não calculam o parentesco de alguém por referência a uma linhagem genealógica, mas de acordo com as relações

entre os grupos de Sibling que ocorrem e embora nenhum termo seja definido por referência a critérios tais como "membros da linha paterna", sempre que o parentesco distante é calculado, as partes intervenientes são calculadas através dos homens.

Segundo Price (1972, 1976, 1981), a partir do conceito de parentesco, todos os membros de gerações contíguas se distribuem em duas categorias não nominadas que não se estendem a outras gerações e podem ser chamados de "consaguíneos" e "afins". O pertencer a essas categorias se define por um tipo de patrifiliação não acumulativa: uma criança chama "irmãos" aos filhos dos homens que seu pai chama "irmãos" e chama "cunhados" aos filhos dos homens que seu pai chama "cunhados".

Através do casamento formam-se alianças políticas e econômicas e assegura-se o acesso a bens escassos na própria aldeia. As alianças políticas surgem em torno de um sogro e seus genros, na forma de facção (Price, 1976b). Aldeias com grande número de indivíduos normalmente incluem mais de uma facção e tendem à fissão, dando origem a duas ou mais aldeias. Dissidentes de outras aldeias são vistos numa aldeia como visitantes de longa duração.

Podem se estabelecer ali se dispuserem de mulheres para casamento ou oferecerem outras vantagens como bons caçadores, aumentando o rendimento de caça da aldeia.

O sistema preferencial de casamento é de primos cruzados bilaterais, endogâmicos em relação à aldeia e, geralmente, uxori-local quando o pai da noiva está vivo. Por outro lado, como se busca casamentos dentro de uma mesma geração, a endogamia se dá quase que apenas num nível ideal, pois o tamanho das aldeias e a depopulação tem inviabilizado o padrão preferencial. Na prática, portanto, a maioria dos casamentos atuais são exogâmicos, isto é, entre grupos, o que força um relacionamento (sempre tenso) "para fora", ao mesmo tempo que reforça a necessidade de cada grupo recuperar seu território de origem afim de marcar os limites da identidade.

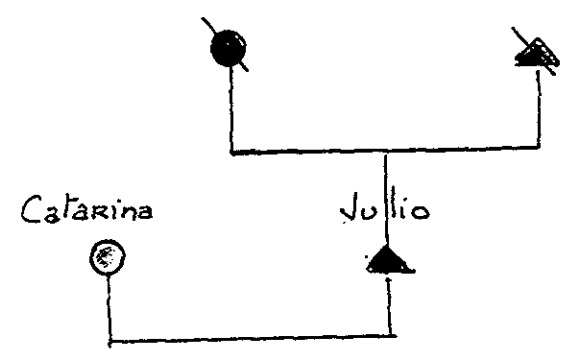
Assim, a política de casamentos é que os sogros tentam conseguir genros, cunhados tentam conseguir mulheres para si mesmos em troca de suas irmãs, e os grupos residenciais tentam manter sua força de trabalho e a balança de poder. Além disso é importante que um líder de família extensa forte seja respaldado por seus irmãos, afim de consolidar sua liderança.

Um casamento, portanto, é preocupação de todos e a base da sociedade Nambiquara.

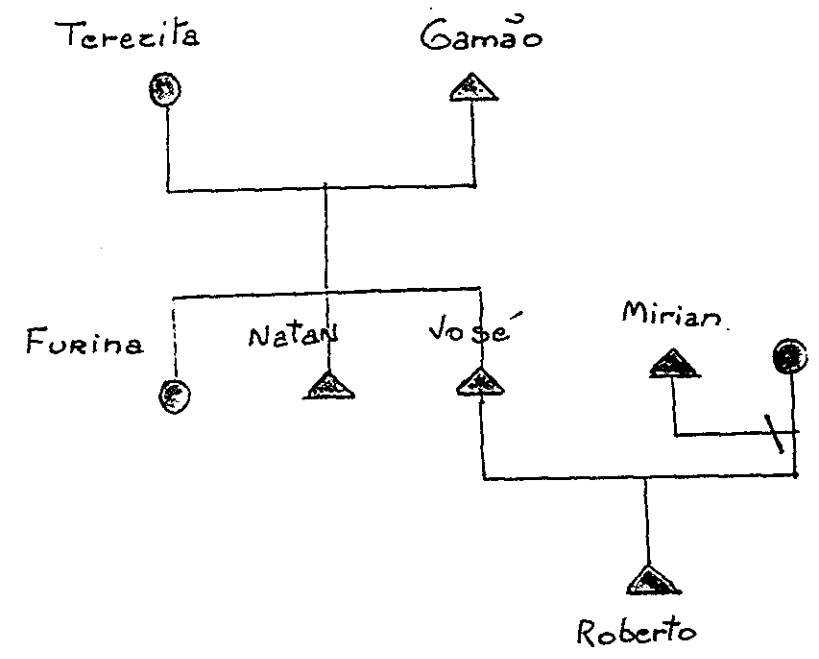
Os Alantesu

O caso dos índios conhecidos como Alantesu mostra bem as terríveis dificuldades pelos quais passaram os grupos do Vale do Guaporê para sobreviverem ao contato com a sociedade nacional. Contatados por volta de 1964 e quase totalmente dizimados por uma epidemia de sarampo em 1969, um único sobrevivente adulto do sub-grupo Erihitaunsu (povo do Buriti), Gamão, passou a recolher as crianças órfãs dos grupos Alantesu, Hoskokosu, Waikatosu, os mais próximos de seu próprio grupo, formando uma aldeia inusitada para os padrões da organização social Nambiquara tradicional.

Essa aldeia sobreviveu e cresceu nos últimos 20 anos, e, os então meninos, se tornaram adultos e constituíram famílias extensas. Nesse período foram feitos arranjos para que os casamentos pudessem estar de acordo com os padrões socialmente aceitos e, a duras penas, foram negociadas mulheres de grupos mais distantes, que atualmente formam uma população composta da seguinte maneira:



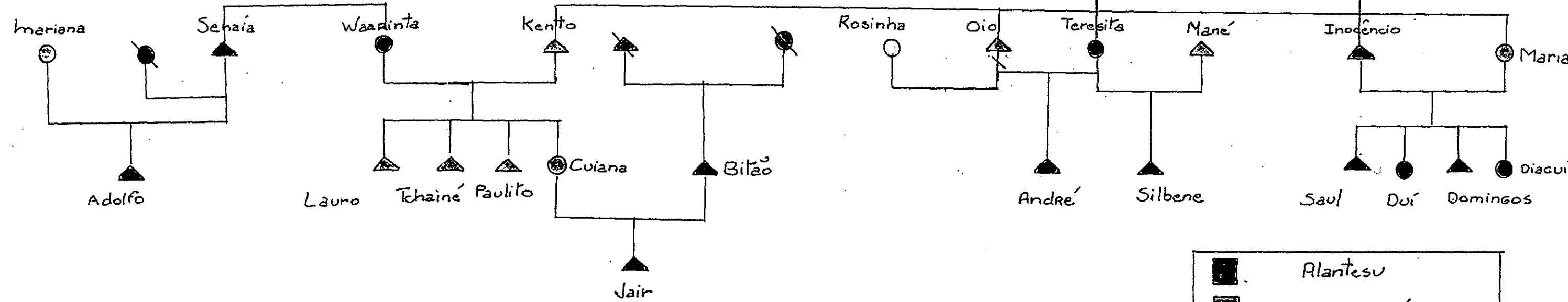
Catarina
Julio



Terecita
Gamao

Furina
Natan
Jose
Mirian

Roberto



Mariana
Senaia
Wairinta
Kentto
Roshina
Oio
Teresita
Mane'
Inocencio
Maria

Adolfo

Lauro
Tchaine
Paulo

Cuiana

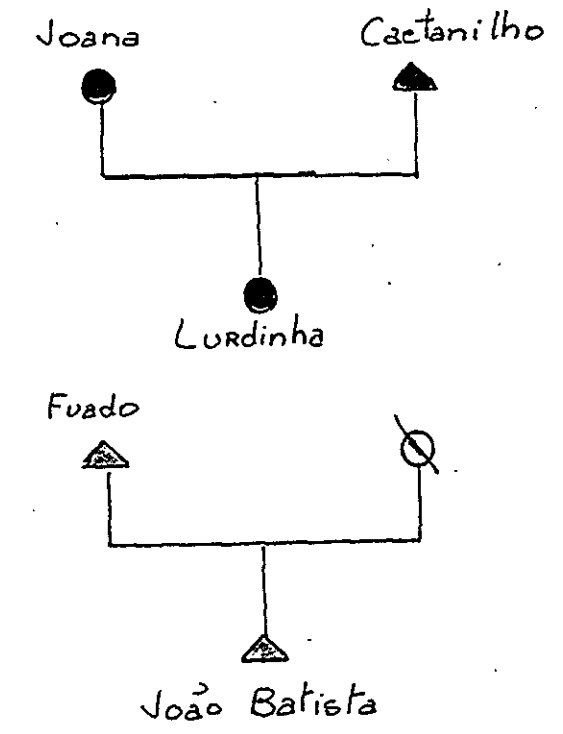
Bitao

Jair

Andre'

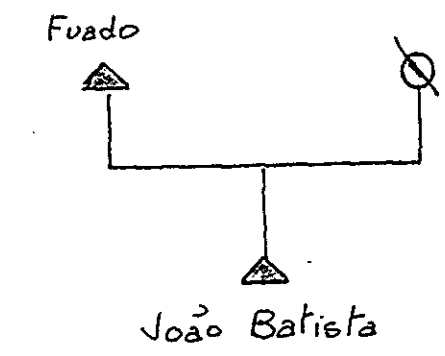
Silbene

Saul
Duí
Domingos
Diacui



Joana
Caetanilho

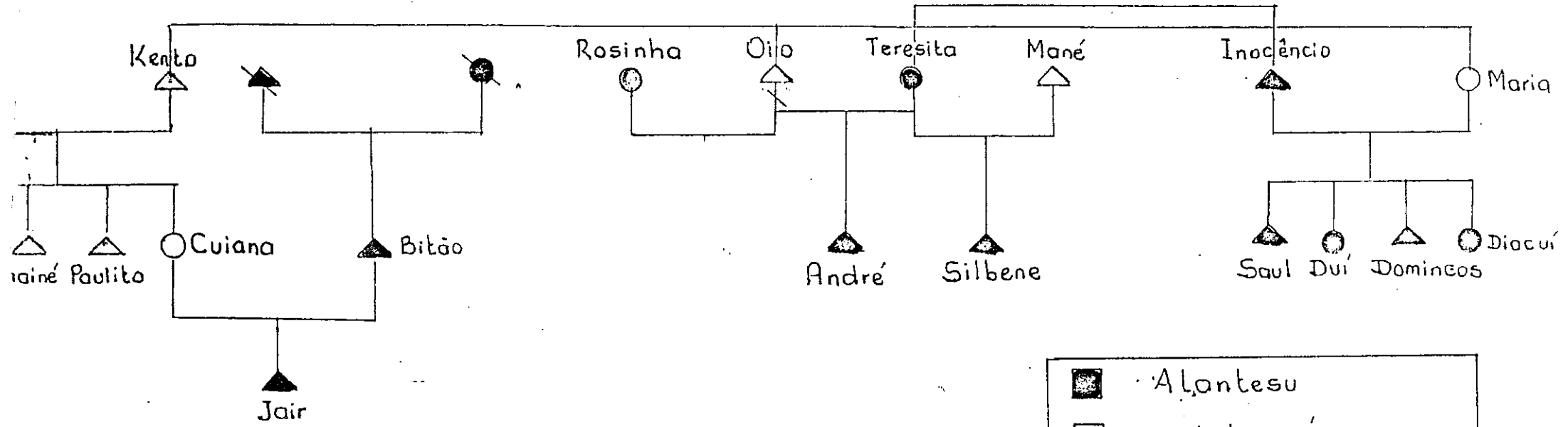
Lurdinha



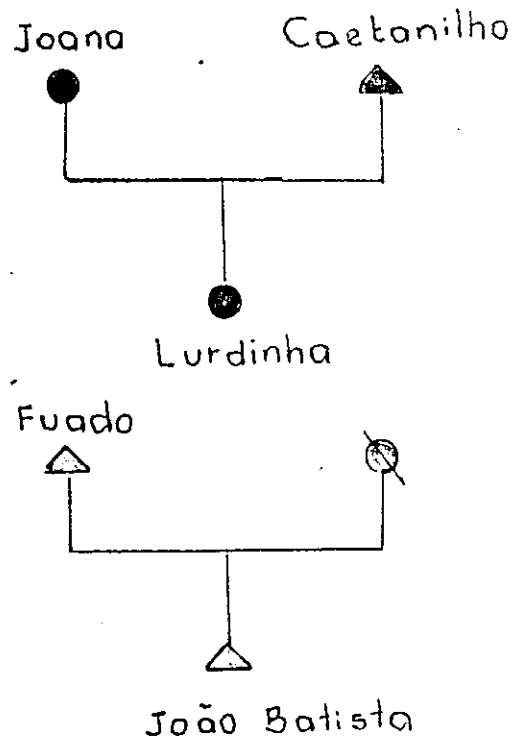
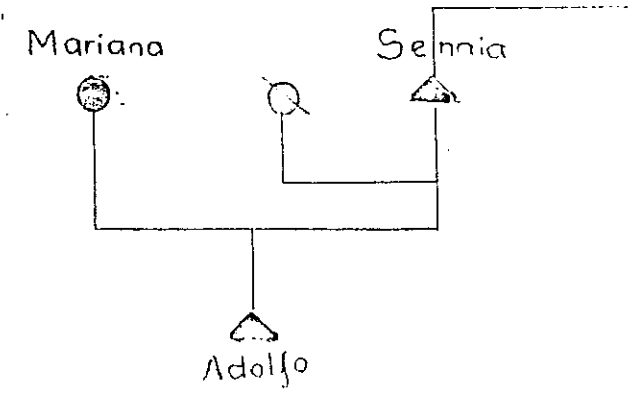
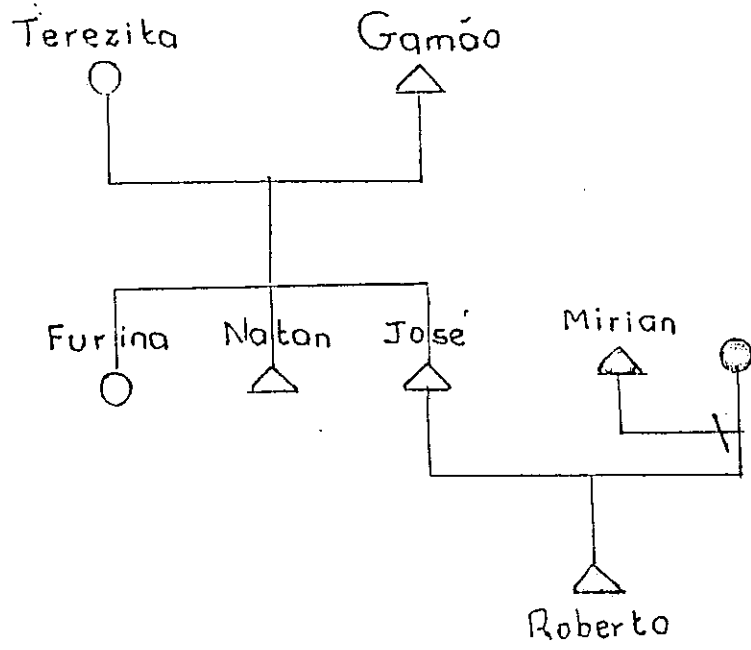
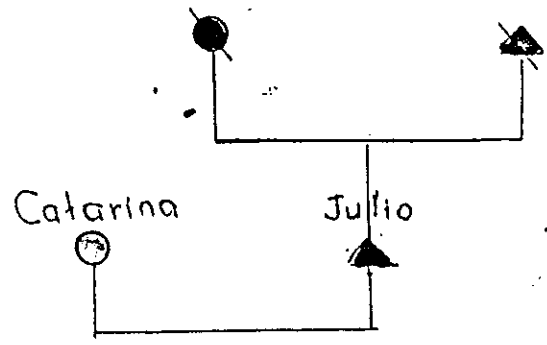
Fuado

Joao Batista

■	Alantesu
■	Erihitansu
■	Alakatesu
■	Wasusu
■	Nambiquara
■	waiKsu
■	Mameindê
■	?



- | | |
|---|------------|
| ■ | Alontesu |
| □ | Erihitansú |
| ■ | Alakatesú |
| ■ | Wasusu |
| ■ | Nambiquara |
| ■ | Waiksú |
| ■ | Mamaindé |
| ■ | ? |



Como se pode observar pela composição atual da população, os grupos étnicos dominantes são Erihitaunsú e Alantesu. Para que esses grupos pudessem se reproduzir culturalmente, contribuíram com mulheres os Wasusu, Nambiquara, Mamaindê, Waikú e Alakatesú.

As famílias (ou grupos de famílias) atualmente liderados por Inocencio (Alantesu) e Caetanilho (Alantesu), ocupam atualmente com suas casas e roças seus territórios de origem (os lugares de seus pais). Dessa forma, marcam os limites territoriais próprios da sua identidade.

Não se trata de um processo de ficcionamento de aldeias mas antes de uma reorganização do espaço que atende às necessidades vitais de reprodução cultural dos grupos. Esse processo de reocupação territorial não envolve problemas para o órgão tutor na medida em que se dá dentro da área efetivamente ocupada pelo grupo.

Ocorre entretanto que, no processo de demarcação das terras do Guaporê, demarcou-se a área dos Erihitaunsú e se deixou de fora o piquizal, área de origem e ocupação atual dos Alantesu. O grupo Alantesu (Povo do Piqui), que por uma dessas confusões semânticas

"clássicas" dão nome ao atual Posto Indígena dos Erihitaunsũ, tem suas casas e roças no piquizal. Que essa única mancha do piqui do Vale do Guaporê, espécie atualmente sob a proteção IBDF (ver pg. 31) é de uso e domínio indígena, é fato comprovado pelos trabalhos de Setz (1982), por relatórios da FUNAI, e pelos fazendeiros da região que se referem à área como "piqui dos índios".

Aliás, as terras circunvizinhas à área do piquizal são objeto de numerosos litígios entre os ditos proprietários da região. Os primeiros litígios vieram à tona em 1980 quando o Sr. Antonio Megid, como empreiteiro, fez uma estrada saindo de sua propriedade e cortando a Reserva Indígena pela margem esquerda do Rio Novo, uma vez que estava impedido de transitar pela fazenda Estrela do Guaporê com a qual mantinha questão. A partir daí a disputa do trânsito pela nova estrada se agrava, pois chegaram outros ditos proprietários na região que, inclusive, conforme documentação do INCRA enviada à FUNAI, não se habilitaram no procedimento discriminatório da Gleba denominada Piolhinho, levada a efeito pela EM/MT/69 (INCRA, Certidão, 03/07/86).

Durante todos esses anos, a FUNAI enviou vários ofícios aos

fazendeiros informando que estavam invadindo área indígena.

Em 1986, 13 fazendeiros são reunidos na FUNAI e alguns propõe a "doação do piquizal" em troca da estrada, mas não chegam a um acordo entre si, sobre quem é ou não é proprietário da área (Funai, 04/07/986).

Na verdade os fazendeiros reconhecem o domínio indígena sobre a área — sobre a qual, aliás, não têm interesse, pois não dispõe de madeiras de lei e o corte do piqui é proibido pelo IBDF — e disputam entre si servidão de passagem.

A FUNAI sempre esteve consciente de que faltava identificar e demarcar a área dos Alantesu e inclusive em 1985 a 15a. DR solicitou a interdição da Área Indígena Piquizal (Telegrama 588/15a.DR - 02/09/85).

Não restam dúvidas sobre o uso intenso do piquizal por parte dos índios, e resta esclarecermos melhor a importância do piqui enquanto elemento caracterizador da identidade territorial do grupo Alantesu, enquanto elemento de bem de troca, segundo os princí-

pios de reciprocidade que regem aquela sociedade e, finalmente, en quanto elemento de valiosa importância alimentar e preservação am biental.

Piqui

O piqui (Caryocar Brasiliense St. Hil.) o piquiã (Caryocar villosun Pers. ou C. Nuciferun Semler) e o piquiarana (caryocar gla brum Aubl.) são espécies botânicas do gênero das Coráceas, genuina mente brasileiras, encontradas em algumas regiões do país particu larmente na Amazônia, Nordeste e Mato Grosso. As descrições dos fru tos e outros produtos que essas plantas fornecem são tão parecidas que levam a crer na quase identidade das espécies citadas. (Pechnik & Guimarães, 1953). O centro de sua dispersão geográfica parece ser a Amazônia, onde se manifestam os principais representantes do gêne ro em apreço (Hoehne, 1946, 1979).

Do ponto de vista alimentar, o piqui é uma fonte extraordinária de caroteno e portador de ótima taxa de provitamina A, como se pode observar na tabela que se segue.

FRUTOS PESQUI- SADOS	CLASSIFICAÇÃO BOTÂNICA	FAMÍLIA	PROVITAMINA A		
			MICROGRAMAS por 100 g	U.I. por 100 g	
BURITÍ a) polpa comest. b) óleo da polpa	MAURITIA Sp. Mart.	Palmáceas	30.000	50.000	(7)
			300.000	500.000	(7)
TUCUMÃ a) polpa comest. b) óleo da polpa	Astrocaryum vulgare Mart.	Palmáceas	31.000	51.700	(8)
			188.000	313.000	(8)
DENDE óleo da polpa	Elaeis guineen- sis L.	Palmáceas	98.500	164.000	(9)
			60.000-84.000	-140.000 1000.000	(10)
PIQUÍ ou PIQUILÁ	Caryocar brasi- liense St.Hil. Caryocar Villo- sum Pres.		64.200	107.000	(10)
PUPUNHA a) crua (polpa comest.) b) cozida (pol- pa comest.) c) cachiri (be- bida)	Guilielme spe- ciosa Mart.	Palmáceas	9.000	15.000	(11)
			9.000	15.000	(12)
			2.100	3.500	(12)
			3.270		
TUTURUBÁ (pol- pa comest.)	Luçuma macro- phyllum	Sapotáceas	1.800	5.450	(12)
SAPOTA (polpa comest.)	Matisia corda- ta H.B.K.	Bombáceas	1.300	3.000	(12)
CUTITIRIBÁ (polpa comest.)	Lucuma rivi- coa Gaertn	Sapotáceas		2.200	(12)

Emilia Pechnik
 Luiz Ribeiro Guimarães
 Arq. Bras. Nutr., 13(1):9-19, 1953

A massa butirosa que envolve os caroços e que constitui aproximadamente 77% do fruto, fornece uma matéria gordurosa que, quando cozida se solidifica pelo resfriamento, podendo ser armazenada para uso alimentar (Pechnik & Guimarães, 1957). O óleo é também usado na preparação doméstica de sabão e licores (Rizzini & Mors, 1976). Além da polpa, rica também em iodo, os caroços são considerados como as "melhores nozes comestíveis dos trópicos", com alto valor nutritivo.

Para os índios Alantesu, o piqui, juntamente com outros 17 itens de coleta, representam 19,0% de sua alimentação (Setz, 1982).

Na época de frutificação (geralmente de dezembro a abril, os Alantesu realizam expedições de vários dias para a coleta do fruto. Aos outros grupos com os quais os Alantesu mantêm as relações habituais de troca como os Waiksu, Yodunsú e Alakatesu, é dado o direito de se alimentarem do piqui. Esse direito contudo pode ser retirado a qualquer momento em caso de hostilidades com os grupos mencionados, como também o piqui pode se tornar elemento de trocas eventuais com grupos mais distantes como os Wasusu e os Katitaulú. Pelo menos 40% da população Nambiquara do Vale do Guaporé portanto, se

TABELA 5 - Animais capturados em armadilhas tendo frutos de piquí como isca ou observados alimentando-se dos frutos em áreas de cerrado do Distrito Federal

Espécies	Ordem	Peso aproximado do adulto	Capturas por armadilha			Total de Capturas	Horário de Atividade	Predador do Fruto	Predador de Semente	Comensal	Dispersor Sinzocoria	Dispersor Zoozocoria
			"Shermann"	"Young"	"Tomahawh"							
Mamíferos:												
GAMBA	<u>Didelphis albiventis</u> *	Marsupialia	1500g	-	2	8	10	N		x		
RATOS	<u>Zygodontomys lasiurus</u>	Rodentia	35g	10	4	-	14	N		x		
	<u>Calomys calosus</u>	Rodentia	15g	3	-	-	3	N		x		
	<u>Oryzomys subflavus</u>	Rodentia	90g	1	1	3	5	N		x	x (?)	
COTIA	<u>Dasyprocta</u> sp.*	Rodentia	4000g	-	-	5	5	D		x (?)	x	
COATI	<u>Nasua nasua</u>	Carnivora	3000g	-	-	1	1	D		x		
Aves:												
EMA	<u>Rhea americana</u> *	Rheiforme		-	-	-	-	D				x
ARARA-CANINDÉ	<u>Ara ararauna</u> *	Psittaciforme	1600g	-	-	-	-	D	x	x		
PAPAGAIO	<u>Amazona aestiva</u> *	Psittaciforme	600g	-	-	-	-	D	x			
AVES MENORES	<u>Cyanocorax cristatellus</u>	Passeriforme	230g	-	1	3	4	D			x	
	<u>Neothraupis fasciata</u>	Passeriforme	25g	-	3	-	3	D		x		
	<u>Elaenia</u> sp.	Passeriforme	18g	-	1	-	1	D		x		

N = atividade noturna
D = atividade diurna

GRIBEL, R. - Ecologia da Polinização e da Dispersão de *Caryocar brasiliense* Camb. (caryocaraceae) na Região do Distrito Federal - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Biológicas - 1986.

* usados na alimentação indígena

alimenta e se relaciona socialmente através do piqui.

As expedições para coleta do fruto são facilitadas pela fauna associada ao consumo de frutos que serve de caça aos índios. (Veja tabela na página seguinte).

Nos períodos que passam acampados na mata de piqui - árvore que vive em família nas terras altas cujos pés os Alantesu indicam como avós, filhos e netos — os índios retiram e cozinham a polpa dos frutos que pesam de 60 a 73 gramas cada, consomem uma pequena parte e o restante é prensado manualmente dentro de cestos de 1,20m de altura por 70 cm de diâmetro. Dessa forma, mergulhado em água, o alimento se conserva por muitos meses e os índios recorrem a ele sempre que necessitam ou desejam comer da massa. Também em relação às sementes (amêndoas), parte delas é consumida no local e parte é carregada, tantas quantas as mulheres conseguirem quebrar. O que sobra é deixado no local para ser consumido quando da próxima visita à área.

É importante mencionar que esse valioso alimento apresenta certa irregularidade na produção dos frutos, sendo a frutificação mais abundante nos anos secos (Barradas, 1972). As várias utiliza-

des da espécie caryocaraceas e seu alto valor nutritivo vêm levando vários cientistas a recomendarem seu aproveitamento para reflorestamento de cerrado (Handro & Barradas, 1971 e Hoehne, 1946/1979).

A importância da Caryocar levou o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) a proibir o abate e a comercialização do pequiheiro em todo o território nacional (Portaria nº 094/87 de 31/03/87 - IBDF).

Subsistência

Os Alantesu habitam no Vale do Guaporé (sudoeste do Mato Grosso), numa região de floresta semi-decídua onde o clima é quente e semi-úmido. A aldeia Alantesu situa-se a 300m acima do nível do mar em um capoeirão de mata próximo ao Córrego Fundo, numa região alagadiça na época das chuvas.

A cobertura vegetal da região é muito variada, notando-se a presença de espécies (relacionadas na tabela abaixo) que ocorrem em diversas formações.

Espécies arbóreas que ocorrem na "mata da poaia", no alto e no baixo rio Guaporé (Veit, com. pessoal)

Família	Espécie	Nome Comum
- alto rio Guaporé:		
Anacardiaceae	<i>Spondias lutea</i>	cajazeiro
Apocynaceae	<i>Aspidosperma</i> sp.	peroba rosa
Bignoniaceae	<i>Tabebuia</i> spp.	ipês diversos
Bombacaceae	<i>Ceiba pentandra</i>	samaúma
Guttiferae	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	jacareúba, guanandi
Lecythidaceae	<i>Cariniana</i> spp.	jaquitibá branco e rosa
Leguminosae		
. Caesalpinoideae	<i>Apuleia</i> sp.	garapeira
	<i>Hymenaea courbaril</i>	jatobá
	<i>Schizolobium excelsum</i>	guapuruvu
. Mimosoideae	<i>Enterolobium</i> sp.	orelha-de-macaco
	<i>Inga</i> spp.	ingás
	<i>Piptadenia</i> spp.	angicos diversos
. Papilionoideae	<i>Bowdichia</i> sp.	sucupira
	<i>Myroxylon</i> sp.	cabriúva
	<i>Pterodon pubescens</i>	sucupira branca ou amar.
	<i>Torresea</i> sp.	cerejeira
Heliaceae	<i>Cedrela</i> sp.	cedro
	<i>Swietenia macrophylla</i>	araputanga ou mogno
Moraceae	<i>Cecropia</i> sp.	imbaúba
	<i>Ficus</i> spp.	figueira, gameleira
Palmae	<i>Mauritia</i> sp.	buriti
	<i>Orbignia</i> sp.	babaçu
	?	acouri
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i>	jenipapo
Sterculiaceae	<i>Sterculea</i> sp.	mandobi-do-pau, chichã
Verbenaceae	<i>Vitex</i> sp.	tarumã
- baixo rio Guaporé:		
Boraginaceae	<i>Cordia goeldiana</i>	Freijó
Caryocaraceae	<i>Caryocar villosum</i>	piquiã
Euphorbiaceae	<i>Hevea brasiliensis</i>	seringueira
Lauraceae	<i>Mezilaurus itauba</i>	itaúba
Leguminosae		
. Mimosoideae	<i>Dinizia excelsa</i>	angelim-pedra
Olacaceae	<i>Minuartia</i> sp.	acariquara
Sapotaceae	<i>Manilkara</i> sp.	maçaranduba
Vochysioaceae	<i>Qualea</i> sp.	mandioqueira
	<i>Vochysia</i> sp.	castelo ou cambarã

Retirada de Sêtz, E. - Ecologia Alimentar em um Grupo Indígena : Comparação entre aldeias de floresta e de cerrado. Mimeo - 1982.

A ecologia alimentar, isto é, a adaptação da cultura Alantesu a seu ambiente e as alterações decorrentes dessa adaptação, foi estudada por Setz em 1980. É com base neste trabalho que apresentamos a seguir dados sobre os alimentos disponíveis e a técnica que os índios Alantesu desenvolveram para obtê-los.

Durante o período estudado por Setz, na dieta dos Alantesu ocorreram 48 espécies de vertebrados, 18 espécies de insetos, 17 espécies de frutos e 9 espécies de amiláceos. Os itens de maior frequência de utilização foram os amiláceos (41,9%) seguidos pelos vertebrados (32,1%), frutos (19%) e insetos (7%). Os Alantesu dispenderam, em média, mais tempo em caça (3,7%); em segundo em roça (2,6%), depois em coleta (1,7%) e por último em processamento de alimentos (0,3%) (Setz, 1982, pg. 105).

É importante mencionar aqui que a procura de carne tem mais sucesso quando o caçador se movimenta e o cultivo das plantas tem mais sucesso quando o cultivador fica próximo as suas roças e, nesse sentido, os índios devem alternar as duas atividades afim de obterem um equilíbrio alimentar.

As áreas Alantesu discutidas por Setz são aquelas de utili-

zação imediata da aldeia. A área utilizada foi estimada a partir de um raio de 10 km da aldeia, e inclui todos os barreiros de caça e o campo de piqui. O raio de 10 km foi estabelecido como a distância máxima a ser percorrida em um dia em uma atividade de caça. (Veja gráfico na página seguinte).

A medida em que alguns recursos já foram muito explorados, e a localização das roças se distancia da aldeia, o grupo se muda para outro local, dispondo de nova área de utilização imediata, provavelmente de tamanho semelhante. (Setz, 1982, pg. 134).

A área coberta pela utilização efetiva a longo prazo do grupo, acrescida das porções das áreas de vida das caças que estão fora dela, é em última análise a área total necessária à sobrevivência do grupo.

A caça (trabalho exclusivamente masculino) e a pesca são atividades diárias dos índios Alantésu e Setz verificou que entre eles há o consumo de proteína animal em, pelo menos, uma refeição diária (Setz, 1982). O consumo de peixes, dada a abundância dos mesmos, é maior que o de caça embora a última seja muito apreciada e alimento ritual importantíssimo. Mas, o estabelecimento de

fazendas no Vale do Guaporé teve grande impacto na disponibilidade de caça, complicando as relações que se estabelecem quando de longas visitas de outros grupos.

Os itens animais consumidos pelos Alantesu ainda disponíveis na região podem ser observados na Tabela 12, nas páginas seguintes.

Produtos agrícolas

A base da alimentação Alantesu são os produtos cultivados (dentre os quais se destaca o milho), que lhes permite estabilizar as condições de vida em face das variações sazonais.

As áreas de roça utilizadas pelos Alantesu são razoavelmente contíguas. Cultivam em clareiras na mata, principalmente milho, mandioca mansa e batatas-doces, utilizando para este plantio cerca de 4.900 m²/indivíduo. Os solos têm capacidade de troca de cátions média, teor de bases permutáveis médio a alto e saturação de bases alta, sendo considerados bons e regulares para o cultivo. (Setz, 1982, pg. 146).

Lévi-Strauss (1948c) relata que os índios do Alto Guaporé baseiam sua dieta principalmente em milho e amendoim. Os Alantesu

utilizam até hoje o milho como base em sua dieta, colhido em dezembro e armazenado para o ano seguinte.

Galvão (1963) observa que a difusão do milho, com centro provável na encosta andina, alcançou grupos de nível tecnológico bastante simples, entre os quais os Nambiquara. O número de variedades de milho e técnicas de preservação dessas variedades entre os Nambiquara e Kaingang, são sintomáticas da longa habitação ao cultivo (Galvão, 1963).

O mito de um menino que foi para a mata atraído pela música de uma flauta e cujas partes do corpo se transformaram em plantas, explica a origem do cultivo da mandioca, do cará, da pimenta, do feijão preto e da fava, do taiã (tipo de inhame), do milho, da cabaça, da abóbora, da araruta e do urucum.

A roças abandonadas também atraem animais: a colocação de troncos nos rios pelos Alantesu proporciona abrigos aos peixes: os troncos derrubados na roça propiciam substrato para o surgimento e desenvolvimento de larvas (carôs). Todas estas atividades aumentam a eficiência do uso da área, concentrando recursos. (Galvão, 1963, pág. 133).

Os Alantesu realizaram coleta de larvas de besouro em troncos apodrecidos de jaracatia sp., bem como em troncos de palmeiras caídos e deixados nas roças. Os coquinhos (provavelmente de tucum) são coletados e largados no pátio; neles crescem larvas que são aproveitadas na alimentação e como iscas na pesca.

O Córrego Fundo tem abundante vegetação marginal onde são encontrados e coletados muitos peixes; troncos velhos são colocados no rio para prover abrigos para os peixes abundantes na seca, que são de pequeno e médio porte.

Produtos de Coleta

Os Alantesu se utilizam de 18 diferentes produtos de coleta, que representam 19,0% de sua alimentação durante o ano. Nessa atividade, produtos bastante significativos são o mel e os frutos, sendo que há maior ocorrência de mel na estação seca, enquanto que os frutos são mais abundantes na estação das chuvas. Dez (10) espécies de abelhas contribuíram com seu mel para a dieta Alantesu.

Normalmente os Alantesu voltam para dormir na aldeia após suas atividades diárias de caça e coleta. Apenas o mel e o piqui exigem que permaneçam fora vários dias.

Na literatura, pouco há sobre itens de coleta Nambiguara, mas Levi-Strauss (1948a) menciona o buriti, a bacaiúva, o cajú e o piqui.

(Ver Tabela 11, página 40)

(Ver Tabela 15, página 41)

Concluindo, populações ocupam nichos ecológicos de diferentes larguras e essas diferenças podem ser atribuídas, pelo menos em parte, à variações na abundância, distribuição temporal e espacial dos recursos usados p/ subsistência (Setz, 1982, pg. 164).

Um fator extrínscico limitando a área de vida seria competi

Tabela 11 - Itens vegetais utilizados na alimentação pelas aldeias Alantesu, na mata (M), e Juína, no cerrado (C), nas visitas: prévia (p), época seca (s) e época chuvosa (c).

Família	Espécie	Nome Comum	Utilização
Itens colhidos			
Araceae	Alocasia sp. (?)	inhame	MpMs
Caricaceae	Carica papaya	mamão	MpMsMc
Convolvulaceae	Ipomoea batatas	batata-doce	MsMc
	Ipomoea sp.	batata-laranja	MsMc
Cucurbitaceae	Citrullus vulgaris	melancia	Mc
	Cucumis sativus	pepino	Mc
Euphorbiaceae	Manihot esculenta	mandioca-mansa	MpMsMcCpCsCc
		mandioca-brava	CpCsCc
Graminae	Oryza sativa	arroz	Cc
	Zea mays	milho-saborô	MpMsMc
Leg. Pap.	Arachis sp.	amendoim	MpMsMc Cc
	Phaseolus vulgaris	feijão	CsCc
	Phaseolus sp.	feijão-fava	MpMsMc
Marantaceae	indet.	araruta	Ms Cc
Musaceae	Musa acuminata	banana	MpMsMc
Itens coletados			
Anacardiaceae	Anacardium sp.	caju-do-campo	Cs
	Spondias sp.	cajã	Mc
Annonaceae	Annona sp.	marolo	CsCc
Apocynaceae	Hancornia speciosa	mangaba	CpCsCc
Bromeliaceae	Ananas sp.	abacaxi-do-campo	Cc
Caryocaraceae	Caryocar sp.	piqui	Mp Cs
Chrysobalanaceae	indet.	marmelo	Cs
Dioscoreaceae (?)	Dioscorea sp. 1 (?)	carã-do-mato	Ms
	Dioscorea sp. 2 (?)	carã-do-campo	Cs
Lecythidaceae	Eschweilera sp.	castanha	Cs
Leg. Caesalp.	Hymenaea courbaril	jatobã	MpMs Cs
Leg. Mim.	Inga sp.	ingã	Mc
Melastomataceae	Miconia albicans	s/ nome 1	Cp
	Miconia sp. 1	s/ nome 2	Cc
	Miconia sp. 2	guaiãquisu	Cs
Meliaceae	Mouriri sp.	alũquisu	Cs
	indet.	dũntequisu	Ms
Myrtaceae	Eugenia sp. 1 (?)	aluchnuãiliquisu	Cs
	Eugenia sp. 2	cikãgaquisu	Cs
Passifloraceae	Passiflora martii	warourõquisu	Cc
Rubiaceae	Alibertia sp.	melado	Cp
	Ixora sp.	fruto amarelo s	Mp
	indet.	marmelada	Mc
Sapindaceae	Talisia sp.	ãrũriquisu	Mc
	indet.	pitomba	Cs
Sapotaceae	Pouteria pariry (?)	frutão	Mc
	Pouteria sp.	sadãosu	Cp Cc
	indet.	fruto-lobinho	CpCs
Sterculiaceae	indet.	fruto vermelho	Mp
	Guazuma sp.	tarauãquisu	Ms
Palmae	Theobroma sp.	cacau	Mc
	Mauritia vinifera	buriti	CpCs
	Maximiliana sp.	coco-inajã	MsMc
	Oenocarpus sp.	bacaba	Cs
	indet.	wãisiquisu	Cc
	indet.	coquinho	MpMsMc CsCc
	indet.	fruto amarelo b	Mp
indet.	fruto amarelo l	Mc	
indet.	arũquisu	Mc	
indet.	atĩquisu	Cs	
indet.	dãiriquisu	Cs	
indet.	cainregãtsu	Cs	
indet.	fruto não ident.	Cs	
indet.	caroço de paina	Cs	

Retirada de SETZ, E. - Ecologia Alimentar em um Grupo Indígena: Comparação entre aldeias de floresta e de cerrado. Mimeo - 1982.

Tabela 11 - Frequências de utilização dos itens alimentares nas duas aldeias da mata (M) e do cerrado (C), nos dois períodos - seca (s) e chuvosa (c); sendo que na aldeia do cerrado, as frequências foram ainda subdivididas para as duas vilas - "aldeia" (a) e "caçada" (ç).

RETIRADA DE SETZ, E. - Ecologia Alimentar em um Grupo Indígena: Comparação entre aldeias de floresta e de cerrado. Mimeo - 1982.

Itens colhidos - amiláceos	Ms	Mc	Cs		total	Itens coletados - amiláceos	Ms	Mc	Cs		total	Itens coletados - vertebrados	Ms	Mc	Cs		total
			a	ç					a	ç					a	ç	
mandioca-mansa	25	22	16+5	14+3	51	café-do-mato			1	1		teiu	2		4+6	10	2
mandioca-brava - beiju			16+13	17+13	59	total	0		1	1		ovos	3		4+5	9	
batatas-doces	19	18			37	Itens colhidos - frutos						tatu-cascudo			1+4	5	4+2
milho	2	24			26	mamão	10	2				legartixo			1+4	5	1+1
bananas	14	11			25	melancia		6				tatu-galinha (7c)			1	1	1+5
arroz				16+3	19	amendoim	2	1		2		tatu-galinha (9c)	2	2			1+1
mandioca-mansa - puba	10	1			11	pepino		5		5		jabutí	3	3			
feijão			3	4	7	total	12	14	0	2	28	pedreira			5		
feijão-fava	4	4			8	Itens coletados - frutos						tatu (11c)			4		
inhame	6		1	1	7	coquinho	10	4	1+1	1	17	calango	1		1+1	2	1
mandioca-mansa - beiju	1	6			7	marmelada		15			15	corujas			1+3	4	
araruta	1			5	6	jatobá	4		7+3	14	total	12	3		4		1+1
total	88	86	48	80	128	castanha-de-caju			1+9	10	Itens caçados - vertebrados						
						jabuticaba			3+6	9	porcos	17	8	3+3	6	1	
						fruto amarelo l		6		6	tamanduá-bandeira			7+2	9	6	
						caju			1+5	6	macaco-preço	5	6				
						mangaba			1+3	4	carne	1		2+1	3	6	
						sadão				5	veado j			1		2+5	
						piqui			4	4	ave	1	1	1+3	4		
						tarauáquisu	3			3	macaco-bugio			5			
						coco-linjá	1	2		3	veado a			5			
						frutaõ		3		3	macuco	2	2		1		
						marolo			2	1	total	12	3		59	27	
						buriti			1	2	Itens caçados - insetos						
						cacau		2		2	mel	17	3	1+13	2+10	46	
						bacaba			2	2	tucora			4+2	10+12	28	
						abacaxi				2	larvas de marimbonde	1	2	5+9	2	19	
						dúntrequisu	1			1	corô Cs			4		4	
						frutos a	1			1	corô Cc				2+2	4	
						ingá		1		1	larvas	3				3	
						jabuticaba-do-mato			1	1	gafanhoto verde			3		3	
						atinguiá			1	1	corô Cls				3	3	
						frutaõ j			1	1	gafanhotoes				1+2	3	
						frutaõ lobinho			1	1	carregador a		2			2	
						dáiriquisu			1	1	carregador j		1			1	
						caipregãtsu			1	1	larvas					1	
						caroço de paina			1	1	percevejo			1		1	
						vãisiquisu				1	corô de besouro				1	1	
						frutinhas j				1	gafanhoto diferente				1	1	
						maracujá				1	total	21	8	42	50	92	121
						total	20	33	57	15	125						
											Itens pescados - vertebrados						
											peixes a	27	18		3+2	5+1	
											peixes j				1+1		
											peixitos						
											tartaruga a						
											tartaruga b						
											total	27	20	7	9		
											total	47	16	16	16		
											Total	415	471				
											Itens introduzidos						
											galinha	4	12				
											laranja	13					1
											limonada	1	11				
											arroz	3	6				
											feijão						6
											Ki-suco	2		1			
											chá cidreira	2	1				
											batatas-do-cerrado	3					
											sopa IAM		2				
											leite em pó						1+1
											total	27	33	4	13	9	
											total	60	13				

* Ocorrência em pelo menos uma refeição por dia.
 ** A frequência máxima possível para cada item é igual ao número de dias em cada época, em cada aldeia (Ms=27, Mc=27, Ja=16-13, 1-17-14).

ção (Covich, 1976). Grupos vizinhos poderiam impedir a expansão da área de vida e, nesse caso, seria observada uma expansão compensatória na diversidade de itens utilizados nas aldeias. No caso de competição, a tendência seria da área de vida se transformar em território. A área dos Alantesu pode ser um território, pois é econômica e fisicamente defensável, pelo seu tamanho. A defensabilidade econômica de recursos indica que a territorialidade ocorre quando recursos críticos são suficientemente abundantes e previsíveis, no espaço e no tempo, de modo que os custos de uso exclusivo e defesa da área são recuperados pelos benefícios ganhos pelo controle do recurso (Brown, 1964 apud Dyson-Hudson & Smith, 1978) (Setz, pg. 129).

Os Alantesu usam estratégias para estabilizar recursos (armazenado, conservando alimentos) e concentrá-los (proporcionando abrigo à fauna), tentando aumentar a previsibilidade e disponibilidade de recursos alimentares. Maximizam sua eficiência de forrageio através da circulação de informações sobre recursos, da utilização de um ponto de armazenamento central, da cooperação na caça e na coleta, da realização de atividades que concentram recursos e

da distribuição de alimentos. Nesse sentido podem continuar a se reproduzir culturalmente enquanto Alantesu, desde que mantenham o domínio sobre o território atualmente por eles ocupado.

BIBLIOGRAFIA

- ASPELIN, Paul L. 1975. External articulation and domestic production; the artifact trade of the Mamindê of northwestern Mato Grosso, Brazil. Ithaca, NY: Cornell Univ. Latin American Studies Program.
- _____ 1976. Nambikuara economic dualism: Lévi-Strauss in the Garden once again. *Bijdr. Taal-, Land-Volkenk.* 132, 1-31.
- AVERY, T. 1977. Mamainde Vocal Music. *Ethnomusicology*, Vol. XXI, nº 3. Ann Arbor. pp 357-377.
- AYTAI, D. 1964. Os Cantores da Floresta. *Notas Etnográficas sobre os Índios Mamaindê*. *Revta. Univ. Catol. Campinas*, 10 (25/26) : 24/34.
- _____ 1965. Os Cantores da Floresta : II. *Revta. Univ. Catol. Campinas*, 11(27/28) : 71-82.
- _____ 1966. Os Cantores da Floresta : III. *Notas sobre a Antropologia Física dos Índios Mamaindê*. *Revta. Univ. Catol. Campinas*. 12 (29/30) : 132-5.
- _____ 1967/68. As Flautas Rituais dos Nambikuara. *Revta. Antrop.*, São Paulo, 15/16 : 69-75.
- _____ 1978. Um mito Nambikuara: A Origem das Plantas Úteis. *Publ. Mus. Munic. Paulínia*, 6 : 4-9.
- _____ 1981a. Apontamentos sobre o dualismo -econômico dos índios Nambikuara. *Publ. Mus. Munic. Paulínia*, 15 : 13-30.
- _____ 1981b. A Flauta Nasal Nambikuara : I *Publ. Mus. Munic. Paulínia*. 17 : 6-17.
- _____ 1981c. A Flauta Nasal Nambikuara : II. *Publ. Mus. Munic. Paulínia*, 18 : 11-26.
- _____ 1982a. A Flauta Nasal Nambikuara: III. *Publ. Mus. Munic. Paulínia*, 19 : 12-19.
- _____ 1982b. A Flauta Nasal Nambikuara : IV. *Publ. Mus. Munic. Paulínia*. 20 : 8-16.

BARBOZA, Nicolau Bueno Horta 1915. Relatório da inspeção feita de Diamantino a Vilhena: relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra e a Diretoria Geral dos Telégraphos, by C.M. da S. Rondon, vol.3; anexo no. 5, pp. 189-244. Publicação nº 26 da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro.

BARRADAS, M.M. 1972. Informações sobre floração, frutificação e dispersão do piqui Caryocar Brasiliense Camb (Caryocaranae) - Ciência e Cultura, 24/11.

BENNETT, Ira 1965. Report on our Galera work. Amazon Valley Indian 60(10)

BOGLÁR, L. 1969. Contributions to the sociology of the Nambicuara Indians. Acta ethnogr. 18, 237-46.

BORGATTA, E. F. & L. S. Cottrell 1955. On the classification of groups. Sociometry 18, 409-22.

CAMPOS, Antonio Pires de (1723?) 1869. Breve noticia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos. Rev. trimens. Inst. hist. geogr. ethnogr. Brasil 25, 437-49.

CARELLI, V. & SEVERIANO, M. 1980. Mão Branca contra o Povo Cinza. Brasil. Brasil Debates e Centro de Trabalho Indigenista.

CARNEIRO, Robert L. 1961. Slash-and-burn cultivation among the Kuikuru and its implications for cultural development in the Amazon Basin. In The evolution of horticultural systems in native South America (ed.) J. Wilbert. Caracas: Fundacion La Salle de Ciencias Naturales

CARNIER, C. 1909. Observações geológicas, geográficas e etnográficas sobre a viagem de exploração de Cuyabã à Serra do Norte, passa por São Luiz de Cáceres. Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Anexo 5. História Natural. Geologia. Papelaria Luiz Macedo, Rio de Janeiro.

DYSON-HUDSON, Rada & Eric Alden Smith 1978. Human territoriality: an ecological reassessment. Am. Anthropol. 80, 21-41.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 1940. The Nuer. Oxford: Clarendon Press.

FIGUEROA, A. L. G. Comunicação inter-Etnica e Saúde Indígena, O Sistema de cuidados de saúde entre os Negarotê-Nambiquara, MT, dat. s/d.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Avaliação da situação Nambikwara, Avaliação do Parque Indígena do Aripuana. Avaliação da Á dos Pakaa-Nova. 1983.

FIPE. 1985/86. Segundo Balanço Sumário do Componente Indígena do Polo noroeste. São Paulo.

FRIED, Morton H. 1975. The notion of tribe. Menlo Park, CA: Cummings.

GRIBEL, R. 1986. Ecologia da Polinização e da Dispersão de Caryocar brasiliense Camb. (Caryocaraceae) na Região do Distrito Federal - Universidade de Brasília Instituto de Ciências Biológicas.

HANDRO, W. e outro. 1976. Sobre os óleos do Fruto e da Semente do Piqui - Caryocar brasiliense Camb - in Ferri, M.G. 1971.

HOEHNE, F.C. 1979. Frutas Indígenas - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, SP, nov/1946 - reimpresso em 1979.

LANGE, A. e outros. 1979 - Relatório FUNAI.

LÉVI-STRAUSS, Claude 1945. The social and psychological aspect of chieftainship in a primitive tribe: the Nambikuara of northwestern Mato Grosso. Trans. N.Y. Acad. Sci. (ser.2) 7, 16-32.

_____ 1948. La vie familiale et sociale des indiens nambikwara. J. Soc. Américanistes 37. 1-132.

LEVI-STRAUSS, C. Guerra e Comércio entre os Índios da América do Sul, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. LXXXVII, s.d., p. 131, 146.

OBBERG, Kalervo 1953. Indian tribes of northern Mato Grosso, Brazil (Smithson. Instn. Inst. social Anthropol. Publ. 15). Washington, D.C: Government Printing Office.

PECHNIK, E. e outro. 1953. Alguns representantes do reino vegetal por tadores de elevado potencial provitamínico A, Arq. Bras. Nutr., 13 (11):9-19.

PRICE, D. Nambiquara Geopolitical Organization, Cornell University, s.d.

PRICE, David 1972. Nambiquara society. Thesis, University of Chicago

_____ 1976. Southern Nambiquara phonology. Int. J. Am. Ling. 42 338-47.

_____ 1978a. The Nambiquara linguistic family. Anthrop. Ling. 20 14-37.

_____ 1978b. Real toads in imaginary gardens: Aspelin vs. Lévi-Strauss on Nambiquara nomadism. Bijdr. Tall-,Land-Volkenk. 134, 149-56.

_____ 1981. Nambiquara leadership. Am. Ethnol. 8, 686-708.

_____ 1982a. A reservation for the Nambiquara. In Involuntary migration and resettlement (eds) A. Hansen & A. Oliver-Smith. Boulder Westview.

_____ 1982b. The tribalization of the Nambiquara. Paper read at 81st Annual Meeting, American Anthropological Association, 3-7 December 1982, in Washington, DC.

_____ 1983. Pareci, Cabixi, Nambiquara: a case study in the West classification of native peoples. J. Soc. Américanistes 69, 129-48

_____ 1984. Overtures to the Nambiquara. Nat. Hist. 93 (10), 30-

RIZZINI, C. e MARS, W. 1976. Botânica Econômica Brasileira - EDUSP - Ed. da Universidade de São Paulo.

_____ RONDON, Cândido Mariano da Silva (1910). Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do departamento da Guerra, vol. I. Rio de Janeiro: Papellaria Luiz Macedo

_____ 1915. Relatório apresentado a Divisão de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra e a Directoria Geral dos Telegraphos, vol.3 (of the above). Publicação nº 26 da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro.

ROOSEVELT, Theodore 1926. Through the Brazilian wilderness and Papers on natural history. The works of Theodore Roosevelt, vol. 5, New York: Charles Scribner's Sons.

ROQUETTE-PINTO, E. 1935. Rondonia. São Paulo : Editora Nacional.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida 1844. Extracto da descrição geographica da provincia de Matto-Grosso feito em 1797... Rev. Inst. his geogrã. Brasileiro 6, 156-96.

SETZ, E. 1982. Ecologia Alimentar em um grupo indígena : Comparação entre aldeias de floresta e de cerrado - Tese de Mestrado - UNICAMP Campinas.

TYLEE, Mrs Arthur F. (Ethel M. (Canary)) 1931. The challenge of Amazon Indians. N.P.:Inland South America Missionary Union.